



Prédio arrendado para tribunal sem decisão

MAIA

O TRIBUNAL DA MAIA adiou “sine die” o julgamento de um processo cível relacionado com o edifício que chegou a ser arrendado pelo Ministério da Justiça para reinstalar aqueles serviços judiciais, disse, ontem, fonte ligada ao processo, sem adiantar razões.

Em concreto, está em causa um contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 2002 pela clínica de saúde e segurança no trabalho Cliwork com a empresa Jopedra, relativo a uma fração do prédio que, mais tarde, foi arrendado na sua totalidade ao Ministério da Justiça, num polémico contrato que o Estado veio a anular.

No processo, cujo julgamento deveria ter começado neste mês, são réus as empresas Jopedra e Nova Casa, respetivamente a antiga e a atual proprietárias do imóvel, a quem a Cliwork pede 100 mil euros. ●